



Presos, mas com mandato

'Lei Deco' corta salário de vereadores a partir do 31º dia de prisão, mas os mantém no cargo

CHRISTINA NASCIMENTO
christina.nascimento@odlanet.com.br

DANILO MOTTA
daniilo.motta@odlanet.com.br

A manhã começa a contar o prazo de 30 dias para que os dois vereadores do Rio que estão presos — Luiz André Ferreira da Silva, o Deco (PR), e Fausto Alves (PTB) — sejam afastados do exercício da atividade legislativa, compulsoriamente. No entanto, o mesmo Regulamento Interno da Câmara que define a sanção por causa da prisão não permite a cassação do mandato nestas condições, nem impede que os dois parlamentares e os funcionários do gabinete recebam o próximo salário.

O corte na remuneração — reajustada em 61,8% — valerá somente a partir do 31º dia de prisão, quando, então, a Casa tem o direito de suspender o salário do parlamentar

preso, desativar o seu gabinete e exonerar o quadro de comissionados contratados. A economia mensal da Câmara deve ser em torno de R\$ 130 mil mensais com cada um dos vereadores presos. Mas o gasto com o reajuste salarial de 51 vereadores chega a R\$ 4,5 milhões ao ano.

DEVOLUÇÃO DIFÍCIL

A cassação do mandato só pode acontecer se eles faltarem a um terço das sessões do período legislativo ou forem condenados pela Justiça. Ontem, a presidente da Comissão de Ética da Câmara, vereadora Teresa Bergher (PSDB), afirmou que espera parecer da Procuradoria da Casa para tomar decisão sobre a situação de Deco e Fausto.

Segundo ela, como os dois ainda não foram julgados pelos crimes de que são acusados, a iniciativa de entrar com processo para afastá-los

definitivamente do cargo de parlamentar pode não ter validade jurídica. “Se a Procuradoria entender que podemos cassá-los sem eles serem julgados, vamos começar a colher as 22 assinaturas dos vereadores para iniciar o processo”, afirma Teresa.

Enquanto vereadores, Deco e Fausto terão direito de receber em 1º de maio o salário de R\$ 15 mil. O aumento na remuneração, aliás, ainda causa discussões na Casa.

Até ontem, o presidente da Câmara, Jorge Felipe (PMDB), não tinha decidido como resolverá a situação dos três parlamentares que querem devolver a quantia referente ao reajuste. “Ainda estamos vendo qual atitude vamos tomar. Esse estorno não era esperado”, afirmou Felipe.



Gravação com a decisão de cada vereador sobre o aumento de salário em www.odia.com.br

O QUE ELES FARÃO COM O DINHEIRO

VAI DEVOLVER

■ Andrea G. Vieira (PSDB); Eliomar Coelho (PSOL); Paulo Pinheiro (PPS)

ACEITA E AGUARDA DECISÃO SOBRE LEGALIDADE

■ Eduardo Moura (PSC); Dr. Fernando Moraes (PR); João Mendes de Jesus (PRB); Marcelo Piuí (PHS); Nereide Pedregal (PDT); Reimont (PT); Rosa Fernandes (DEM); Tânia Bastos (PRB); Teresa Bergher (PSDB); Tio Carlos (DEM); Vera Lins (PP)

ACEITA SEM PESTANEJAR

■ Adilson Pires (PT); Alexandre Cerruti (DEM); Carlinhos Mecânico (PPS); Carlos Bolsonaro (PP); Jorge Felipe (PMDB); Jorginho da SOS (DEM); Prof. Uoston (PMDB); Roberto Monteiro (PCdoB); S. Ferraz (PMDB)

DESCONVERSOU

■ Dr. Jairinho (PSC); Dr. Jorge Manaia (PDT); Leonel Brizola Neto (PDT); Marcelo Arar (PSDB); Patrícia Amorim (PSDB); Paulo Messina (PV); Rubens Andrade (PSB); Sonia Rabelo (PV)

NÃO QUIZ RESPONDER

■ Argemiro Pimentel (PMDB); Carlo Caiado (DEM); Chiquinho Brazão (PMDB); Edison da Creatinina (PV); Jorge Braz (PTdoB); José Everaldo (PMN); Luiz Carlos Ramos (PSDC); Ivanir de Mello (PP); Aloisio Freitas (DEM); Bencardino (PRTB); Carlos Eduardo (PSB); Gilberto (PTdoB); João Ricardo (PSDC); Eider Dantas (DEM); Elton Babú (PT); João Cabral (DEM); Jorge Pereira (PTdoB); Renato Moura (PTC)